



PLANO DE LUTAS SINJUS-MG

Painel 1 - Análise de Conjuntura

Proposição 1: Criação de uma agenda de palestras e eventos com pessoas capacitadas e assuntos pertinentes (a exemplo do CONSINJUS), afim de despertar a consciência política dos servidores.

Proposição 2: Promover campanhas visando à criação de mecanismos eficazes de combate à corrupção.

Proposição 3: Lutar por uma reforma política, incluindo a reforma do Poder Judiciário, capaz de fortalecer o poder popular, aproximando os futuros representantes políticos e membros do Judiciário dos interesses dos cidadãos em geral.

Proposição 4: Chamar as entidades de classe para propor ações de luta contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e a terceirização, construindo uma agenda de mobilização nacional.

Proposição 5: Levar para a base o debate sobre a importância da representatividade política da categoria, para eleger representantes do Judiciário Mineiro a cargos políticos.

Painel 2 - Administração da Justiça: os prejuízos do corporativismo para o Poder Judiciário

Proposição 1: Combater a terceirização e a precarização do trabalho no Judiciário, por meio de campanhas, com efetiva fiscalização e incentivo a denúncias de irregularidades, bem como combater os desvios de função e a exploração de estagiários em substituição ao trabalho de servidores efetivos.

Proposição 2: Diagnosticar licitações e contratos irregulares promovidos pelos TJ e TJMMG e providenciar representações no CNJ, TCMG, MP, Justiça Comum e outras instâncias.

Proposição 3: Ampliar a luta pela democratização do Judiciário em âmbito nacional.

Proposição 4: Seguir na luta pela aprovação da PEC 526 (eleições diretas com participação dos servidores e juízes) e defender outros mecanismos que ampliem a participação dos servidores e da sociedade na gestão do Judiciário.

Proposição 5: Lutar para que os cargos em comissão sejam ocupados **exclusivamente** pelos servidores de carreira, por critérios objetivos para nomeação.

Proposição 6: Lutar para que sejam realizadas audiências públicas para elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário, ouvindo os sindicatos, para permitir a participação social no orçamento público do Tribunal.



PLANO DE LUTAS SINJUS-MG

Proposição 7: Promover campanhas visando a retomada do papel do CNJ.

Proposição 8: Atuar junto aos representantes no Congresso Nacional contra o documento 319 do Banco Mundial (o qual se reporta à Reforma do Judiciário).

Proposição 9: Relativamente à prestação de contas - *Accountability* -, exigir maior democratização da gestão, com respeito aos princípios da transparência, responsabilidade e participação.

Proposição 10: Promover campanhas com o objetivo de se alcançar uma gestão mais participativa e eficiente, possibilitando a valorização de competências e autonomia dos gestores.

Proposição 11: Dar continuidade às ações junto à base da categoria, com o objetivo de maximizar a participação dos servidores na gestão do Tribunal.

Proposição 12: Elaborar moção de apoio aos jornalistas do Jornal Gazeta do Povo, do Paraná, vítimas de assédio judicial, repudiando essa prática.

Proposição 13: Lutar por uma reforma tributária, que tenha como princípios norteadores, entre outros, maior progressividade na tributação, taxação dos ganhos de capital e das grandes fortunas, visando, assim, gerar receitas para melhoria do serviço público e atendimento das diversas demandas sociais.

Proposição 14: Enfatizar em nossas demandas que servidor não é "despesa", mudando o foco de nossa luta, transcendendo-a pela valorização das competências e, conseqüentemente, justos e melhores salários.

Painel 3 - Gestão da Previdência Pública: Direitos x Reformas

Proposição 1: Lutar pela efetivação de novas fontes que gerem recursos extras para a Previdência.

Proposição 2: Defender mecanismos capazes de impedir que governos se utilizem dos recursos reservados à Previdência Social.

Proposição 3: Impedir que os benefícios da Previdência Social sejam inferiores ao salário mínimo.

Proposição 4: Lutar pela aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas.

Proposição 5: Lutar por uma reforma justa da Previdência, que não prejudique nenhuma expectativa de direito dos atuais servidores públicos, de forma a assegurá-los.



PLANO DE LUTAS SINJUS-MG

Proposição 6: Trabalhar pelo fortalecimento e pela reestruturação efetiva do IPSEMG, bem como promover campanhas de conscientização sobre sua importância para o servidor.

Proposição 7: Lutar contra o aumento da alíquota de contribuição previdenciária do servidor.

Proposição 8: Agir preventivamente, com pró-atividade, na defesa da Previdência junto a outras entidades sindicais, movimentos sociais, associações e toda a sociedade, conscientizando-os da importância dessa defesa.

Proposição 9: Trabalhar visando construir a regulamentação dos benefícios previdenciários para a aposentadoria especial de pessoas com necessidades especiais e de pessoas expostas a condições de periculosidade, penosidade e insalubridade, mantendo a integralidade e a paridade de vencimentos, quando for o caso.

Proposição 10: Fomentar as propostas de reivindicações do Fórum Técnico de 103 anos do IPSEMG.

Painel 4 - Luta sindical diante dos desafios da crise: em busca de controle social e de mais democracia

Proposição 1: Criar, após análise de viabilidade por parte da Diretoria Colegiada, um Observatório Social do Judiciário, podendo ser contratados ou realizadas parcerias com especialistas ou entidades em diversas áreas, com o fim de auxiliar o sindicato na fiscalização dos atos da Administração do Tribunal e promover cursos, palestras e afins para formação dos servidores sobre as atividades específicas do Judiciário.

Proposição 2: Realizar campanhas de valorização do servidor público do Judiciário.

Proposição 3: Lutar pela recuperação total das perdas inflacionárias.

Proposição 4: Desenvolver campanha em defesa da jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, excetuando-se as jornadas especiais (médicos, cargos comissionados, outros)

Proposição 5: Lutar pela criação de um programa permanente de capacitação profissional que contemple a participação dos trabalhadores e que utilize ferramentas como "Banco de Potenciais", a fim de valorizar o investimento profissional do servidor do Judiciário.

Proposição 6: Lutar pela regulamentação efetiva da Convenção 151 da OIT, que trata de negociação coletiva e direito de greve no serviço público.



PLANO DE LUTAS SINJUS-MG

Proposição 7: Continuar a luta para instituir uma Mesa Permanente de negociação coletiva entre os sindicatos e o TJMG, com normatização clara e que assegure autonomia de decisão aos membros da Administração, no intuito de fortalecer a juridicidade e evitar descumprimentos de acordo; cumprindo-se o estabelecido no acordo de greve de 2013.

Proposição 8: Promover entendimentos com o SERJUSMIG e o SINDOJUS, visando a realização de seminário conjunto para debater a unificação dos sindicatos.

Proposição 9: Ampliar a oferta de cursos de formação política para os servidores filiados.

Proposição 10: Criação de um Departamento de Estudos do Judiciário.

Proposição 11: Desenvolver um Programa de Organização por Local de Trabalho (OLT).

Proposição 12: Instituir núcleos permanentes de estudos sobre os temas mais relevantes e estratégicos à luta da categoria, bem como a divulgação e confecção de cartilhas, objetivando-se a conscientização da categoria do Judiciário Mineiro e a elaboração de propostas a serem apresentadas aos gestores do Tribunal.

Proposição 13: Estreitar relação com instituições como a Associação dos Juízes Para a Democracia (AJD), setores da OAB e outras entidades que defendam uma justiça cidadã, voltada para promoção dos direitos fundamentais da população.

Proposição 14: Promover a discussão e o encaminhamento para uma possível filiação do SINJUS-MG a uma central sindical.

Proposição 15: Defender, apoiar e participar com os movimentos sociais, outros sindicatos, centrais sindicais, de pautas sociais, em defesa do fortalecimento da saúde e educação públicas, reforma política, democratização das comunicações, reforma tributária, reforma agrária, entre outras medidas importantes para a sociedade.

Proposição 16: Demandar para que o atual modelo de avaliação dos servidores seja revisto, com uma ação mais democrática, levando-se em consideração as variáveis de relação de trabalho, desempenho de chefia, ambiente físico do local, quantitativo de pessoal, em consonância com a demanda do setor, possibilitando rodízios periódicos de tarefas; em associação, a inserção da participação da sociedade na avaliação de desempenho do TJMG.

Proposição 17: Demandar para que o Tribunal promova capacitação e treinamento dos servidores, de forma a melhorar o processo de Avaliação de



PLANO DE LUTAS SINJUS-MG

Desempenho (AD), principalmente no tocante à liderança para aqueles que exerçam cargos de chefia.

Proposição 18: Reivindicar a figura do Diretor Geral Administrativo.

Painel 5 - saúde e humanização das relações de trabalho: visualização, home office e as doenças laborais.

Proposição 1: Requerer aos Tribunais (TJMG e TJM) intervenção no ambiente de trabalho (presencial ou teletrabalho) para garantia de condições ergonômicas e de saúde integral, de forma a prevenir doenças laborais (retomada dos programas de Qualidade de Vida, com ênfase na importância da ginástica laboral e intervalo de pausas). Em caso de doenças laborais no teletrabalho, que os Tribunais assumam sua responsabilidade objetiva, nos termos da legislação de proteção ao trabalhador.

Proposição 2: Lutar pela instituição do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde, com participação dos Sindicatos, nos termos da RES 207-2015, do CNJ.

Proposição 3: Que seja facultativa a opção pelo teletrabalho, respeitando-se o perfil do servidor, oferecendo-lhe alternância de dias e horários em relação ao cumprimento de sua jornada de trabalho, resguardado o direito de preferência dos servidores com necessidades especiais.

Proposição 4: Que os Tribunais ofereçam treinamento e suporte ao servidor que exercer o teletrabalho, amparando-o em sua adaptação.

Proposição 5: Que os Tribunais, com a participação dos sindicatos, definam regras, metas e produtividade, de forma suportável à saúde do servidor, levando em consideração as panes, problemas de sistema operacional e tecnológicos (vírus, internet lenta, velocidade de dados, etc), atuando para minorar os fatores de estresse e adoecimentos psíquicos.

Proposição 6: Que os Tribunais ofereçam treinamento periódico em relação aos temas teletrabalho x saúde.

Proposição 7: Lutar contra a terceirização e precarização em relação ao PJE e ao teletrabalho. Proposição 8: Realização de seminário(s) com o tema SAÚDE E HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO nos Tribunais.